



Razón y Palabra

ISSN: 1605-4806

octavio.islas@uhemisferios.edu.ec

Universidad de los Hemisferios

Ecuador

Malerba, João Paulo
CATARSE E CONTRA-HEGEMONIA: CONTRIBUIÇÕES GRAMSCIANAS PARA A
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA.

Razón y Palabra, núm. 86, abril-junio, 2014

Universidad de los Hemisferios

Quito, Ecuador

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199530728009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CATARSE E CONTRA-HEGEMONIA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS GRAMSCIANAS PARA A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA.¹

João Paulo Malerba.²

Resumo.

O texto se propõe a realizar uma incursão teórica em alguns conceitos da teoria gramsciana a fim de analisar sua pertinência para a Comunicação Comunitária. A partir das ideias de teoria ampliada do Estado e sociedade civil, discutimos a centralidade da cultura e dos mecanismos de difusão ideológica para a manutenção do poder nas sociedades capitalistas. Ao tratar de temas gramscianos como momento catártico e dever-ser buscamos ressaltar o aspecto político – em sentido amplo – e enfocamos a mídia comunitária como ambiente propício para a ocorrência do processo catártico. Por fim, propomos mídia contra-hegemônica como uma expressão pertinente para caracterizar os meios ditos comunitários e populares, uma proposta menos terminológica e mais de abordagem, no intuito de contribuir para uma análise política e aberta e menos restritiva desses eminentes aparelhos privados de contra-hegemonia.

Palavras-chave.

Gramsci; Comunicação Comunitária; Catarse; Contra-hegemonia.

Abstract.

This paper intends to conduct a search on some theoretical concepts of Gramscian theory in order to scrutinize their relevance to the Community Communication. Beginning with the concepts of expanded state theory and civil society we discuss the centrality of culture and the ideological diffusion mechanisms for the maintenance of power in capitalist societies. By addressing Gramscian topics such as cathartic moment and must-be we seek to emphasize the political aspect - in its broad sense - and we focus on community media as a propitious environment for the occurrence of the cathartic process. Finally, we propose counter-hegemonic media as a relevant expression to characterize the so-called community media. We emphasize that this is a terminological approach with the aim to contribute to a political and open and less restrictive analysis of these eminent private apparatuses of counter-hegemony.

Keywords.

Gramsci; Community Communication; Catharsis; Counter-hegemony.

Considerações iniciais.

A história de Gramsci se confunde com a própria história do partido comunista italiano: mesmo antes de se tornar um de seus fundadores, o jovem nascido na Sardenha já flertava com as discussões socialistas em seu país. Gramsci viria a se tornar um vigoroso e ativo debatedor do pensamento comunista já na época da universidade. De lá até a nomeação para secretário-geral do Partido Comunista Italiano foram muitas as frentes de luta a favor da classe operária italiana, mas particularmente um aspecto de sua biografia nos é interessante para essa análise: até a época de seu encarceramento pelo governo fascista de Mussolini, Gramsci se dedicou ativamente ao jornalismo como instrumento político. Ainda no ginásio, ele recebia esporadicamente de seu irmão mais velho, que trabalhava em Turim, o “Avanti!”, o jornal do Partido Socialista Italiano, o qual ele viria a ser responsável por uma coluna anos depois. Além desse, Gramsci escreveria ainda em “O Grito do Povo”, na revista “A Cidade Futura”, “L’Unità”, “L’Ordine Nuovo”. Desse último Gramsci foi o fundador: um jornal que teve início como uma “resenha semanal de cultura socialista” e chegou posteriormente a ser o órgão central do então recém-criado partido comunista italiano (BUONICORE, 2007).

Como se sabe, podemos dividir os escritos gramscianos em duas fases, antes e depois de sua prisão. São dessa fase pré-carcerária de forte ativismo político os “Escritos Políticos” de Gramsci, uma vasta produção menos sistemática e mais datada, destinada a analisar os fatos políticos de sua época. A importância desses “anos de aprendizagem” reside na progressiva assimilação dos elementos essenciais da herança de Marx e Lênin (COUTINHO, 1999, p. 1). Em 1929, três anos após sua prisão, Gramsci consegue permissão para estudar e escrever, mas sem poder ter acesso às obras de Marx, Engels, Lênin e documentos do movimento comunista internacional. Mas esse impedimento, as condições do cárcere e o agravamento de seu estado de saúde não evitaram que Gramsci durante quase seis anos enchesse 33 cadernos escolares, a letra miúda, com notas e exercícios de tradução, resultando em quase 2.500 páginas impressas no que hoje conhecemos como os “Cadernos do Cárcere”. Esse segundo momento corresponde à fase mais madura de sua obra, quando o autor sistematiza suas ideias em torno de alguns eixos centrais e nos oferece uma rica teoria crítica da política: o que havia sido assimilado dos primeiros autores do marxismo pôde ser então conservado e superado em suas reflexões sobre a transição do capitalismo ao comunismo, a partir da realidade de sua época.

Aqueles anos de ativismo político e de prática jornalística forneceram a Gramsci elementos práticos e embriões teóricos para uma abordagem mais universalista dos temas importantes a sua problemática. Coutinho chega a falar de uma “relação dialética” entre as duas fases da produção gramsciana em que “as reflexões (...) elevam a um nível superior os elementos sistemáticos contidos nos escritos anteriores; mas, ao mesmo tempo, conservam a dimensão histórica destes, sua estreita vinculação com os problemas concretos do presente” (1998, p. 81-82).

Mas podemos arriscar um outro vínculo entre os mencionados momentos da vida de Gramsci: na primeira fase, sua práxis política (de ativista) fora continuamente acompanhada de uma produção textual (jornalística) que – apesar de menos universalista que os escritos do cárcere – o impuseram um exercício sistemático de reflexão sobre o agir político cotidiano. Mais que isso, Gramsci utilizava a própria prática midiática (cultural) como meio de *convencimento* e como espaço de *crítica* ao estado das coisas: seus jornais e revistas eram não só porta-vozes e disseminadores de uma determinada filosofia (o marxismo) e de uma determinada prática (a revolucionária), mas também espaço de análise crítica da realidade de sua época. Talvez esse fato tenha influenciado os próprios caminhos teóricos que ele iria iniciar já nos últimos anos de sua fase pré-carcerária, quando notamos as primeiras formulações de sua teoria sobre a hegemonia, calcada na importância de uma estrutura ideológica para a manutenção de uma dada configuração de poder na sociedade.

A grande questão a que se propõe Gramsci em seus “Cadernos do Cárcere” é entender o porquê da dificuldade de o socialismo chegar ao poder nas sociedades capitalistas avançadas. Ele vai encontrar sua resposta na diferença estrutural existente entre o que ele chama de sociedades do tipo “ocidental” e de tipo “oriental”. Em tempo, é preciso que se diga que, dentro do corpo teórico gramsciano, Oriente e Ocidente ultrapassam a questão geográfica. Além de levar em conta o tipo de formação econômico-social, uma sociedade é definida como *mais ocidental* ou *mais oriental*, a partir da existência ou ausência, atividade ou fraqueza de sua *sociedade civil*, que vem a ser “formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias” (COUTINHO, 1999, p. 127). Logo, as sociedades de tipo oriental se caracterizam por uma maior debilidade da sociedade civil e preponderância das forças de coerção. Já nas sociedades de

tipo occidental, a sociedade civil tende a ser mais robusta, levando a um equilíbrio de forças com a sociedade política (forças coercitivas do Estado).

Para entendermos essa proposta gramsciana de estratégia socialista para o “Ocidente” é preciso que nos atenhamos brevemente a um outro ponto nevrálgico de sua conceituação: a teoria ampliada do Estado. Gramsci entende o Estado literalmente pela fórmula “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia escudada na coerção”. Um trecho de uma de suas cartas escritas no período carcerário delineia tal ideia:

Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia e um dado momento); e não como *equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil* (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc.) (GRAMSCI apud COUTINHO, 1999, p. 126-127).

Gramsci nos explica que no “Ocidente”, ao longo do processo histórico, as sociedades foram se complexificando e o Estado passou cada vez mais a depender de uma legitimidade simbólica para se manter. Com a crescente socialização da política, os aparelhos estatais de coerção passaram a não ser mais suficientes para garantir a hegemonia da classe dominante. Uma ampla rede social de legitimação – os aparelhos privados de hegemonia – foi assumindo a função de dar a sustentação ideológica ao Estado e ao estado das coisas. Instituições de associação não estatal – como associações, empresas midiáticas etc. – passaram a assumir um papel preponderante na criação de um consenso ativo nas massas, de forma a garantir que as coisas continuassem como elas sempre foram: ao lado das armas e das leis, um arsenal de ideias. Nas sociedades do tipo ocidental, a sociedade civil funciona como as trincheiras das guerras modernas, impedindo que abalos na infraestrutura econômica tenham reflexos diretos e imediatos na superestrutura.

Com a teoria ampliada do Estado e sua atenção voltada para o papel ideológico e estratégico da sociedade civil, Gramsci desvenda os motivos do fracasso do intento comunista nas sociedades capitalistas avançadas: a estratégia adequada para a conquista do poder não seria aquela utilizada pela *guerra de movimento* (luta pelo domínio da sociedade política, conquista de um só golpe), mas no âmbito de uma *guerra de posição* (batalhas pela direção político-ideológica, conquistas gradativas no âmbito da sociedade civil).

E com isso ele nos apresenta também uma visão de *poder vinculada à cultura*, revelando a importância que as ideias assumem na manutenção de uma determinada configuração de poder e do *status quo*. Gramsci, desde a época de seus “Escritos Políticos” já entendia que é antes através dos mecanismos de difusão cultural que se acionam socialmente determinados valores e preceitos que acabam por naturalizar uma determinada configuração do poder. Talvez por esse entendimento, seu ativismo político tenha sido permanentemente acompanhado de uma prática (jornalística) empenhada na crítica e na difusão de outros valores e ideais, a fim de *desabsolutizar* o óbvio e propor o novo.

Sem dúvida, será nos “Cadernos do Cárcere” que suas formulações tomarão a consistência necessária e desembocarão na teoria do partido político como espaço primordial de criação e emanção de novos valores e ideais revolucionários e como materialização da *catarse*, por sistematizar nas próprias práticas partidárias os mecanismos que favorecem a emancipação do homem. Mas com a preponderância da mídia na configuração do cenário de poder contemporâneo talvez necessitemos de uma superação dialética que revitalize as proposições gramscianas de quase um século de existência acerca do Moderno Príncipe (o partido político, Gramsci) e proponha uma apropriação do novíssimo Príncipe, o Eletrônico (a mídia, Ianni)³: num cenário em que a dominação do homem pelo homem se legitima, se assume e se naturaliza através da trama midiática, analisar as práticas alternativas que, com seu agir, procuram destrinchá-la, talvez seja um interessante caminho a ser percorrido na busca de possibilidades da emancipação humana.

Processo catártico: dever-ser, política e liberdade.

No caderno 13, intitulado “Breves notas sobre a política de Maquiavel”, Gramsci escreve uma nota (§16) em que nos oferece pistas sobre sua concepção acerca do *dever-ser*, mais precisamente o dever-ser do sujeito político. De início ele diferencia o “político em ato” dos demais. É que ele afirma haver um determinado realismo político que defende que o homem de Estado deveria se prestar somente a dar conta da realidade efetiva (ou seja, “do ser”) sem se interessar pelo “dever ser”. Distinguindo desses, o “político em ato” se caracteriza justamente por se ocupar pelo *dever-ser*, ou seja, pela criação de novas relações de forças na esfera social.

Em seguida, Gramsci se apressa em apontar que o “político em ato” não age de acordo com seu desejo arbitrário, mas no ambiente de uma realidade efetiva: “ele não cria a partir do nada”, mas ao contrário se move no terreno do que considera necessário.

Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio de forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o “dever-ser” é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, *somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política.* (grifo meu) (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 35).

É importante notar que Gramsci relaciona o *dever-ser* a um diagnóstico dinâmico da realidade motivado pelo desejo de “dominá-la e superá-la”. O *dever-ser* gramsciano está vinculado a uma “interpretação realista e historicista da realidade”, ou seja, ele coloca a ação do sujeito político inserida numa perspectiva de longo prazo. O que ele faz é situar o ato a uma corrente de ações que visa construir um novo estado das coisas, mas sem vilipendiar o caráter de instabilidade e transitoriedade da realidade (ou seja, seu caráter processual) onde esses atos estão sendo objetivados. Ao colocar o *dever-ser* como “algo concreto”, ligado a um desejo de construção da história e a partir de uma análise crítica de cada situação, Gramsci avança para uma *ética imanente* cujo centro se localiza no sujeito político em sua ação motivada pelo anseio de mudança. Essa motivação ética, ou melhor, essa *ética motivada* é – como ele diz – a própria história em ato, filosofia em ato ou precisamente a própria *política*.

A *política* é o centro articulador de todo o pensamento gramsciano. Quando em diversos momentos dos “Cadernos do Cárcere” Gramsci afirma que “tudo é política” ele está se referindo precisamente a uma concepção ampla de política e que trata de um fato ontológico: de “que todas as esferas do ser social são atravessadas pela política, contêm a política como elemento real ou potencial ineliminável” (GRAMSCI, 2001, p. 91). Esse significado para política coincide com o que aqui pontuamos como *processo catártico*. Diz Gramsci:

pode-se empregar o termo “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do “objetivo” ao “subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. (2001, v.1, p. 314).

O *processo catártico* é aquele no qual o sujeito vai se dando conta de seu lugar sócio-histórico e passa a agir em uma prática consciente e orientada, fazendo da sua necessidade um meio para a liberdade. E é importante dizer que, apesar de o conceito de catarse se aplicar ao nível do indivíduo, trata-se de um processo forçosamente ativado em meio à coletividade. Afinal, não é estranho que o teórico por excelência do partido político enxergue que a passagem do momento egoístico-passional para o ético-político se dê a partir da consciência de *classe*, cuja categoria tem no partido político sua expressão político-organizativa. Como bem pontua Coutinho, “seria ‘catártico’ o momento no qual a classe deixa de ser um puro fenômeno econômico, graças à elaboração de uma vontade coletiva, para se tornar sujeito consciente da história” (COUTINHO, 1999, p. 91).

A ação do sujeito se dá na tensão entre dois limites: um externo a sua vontade e outro totalmente vinculado à sua vontade: o das condições objetivas e o de sua própria motivação. Pois é exatamente no âmbito dessas duas limitações que ocorre o processo catártico (o encontro do sujeito político com a liberdade). E aqui precisamos recorrer a dialética inaugurada pelo marxismo se quisermos romper o círculo em que se insere a ação do homem. Ao defender uma relação dialética – de mútua determinação – entre teoria e prática, a filosofia da práxis irriga a ação do homem com uma motivação consciente, ao mesmo tempo em que vai enriquecendo essa consciência com o próprio agir político. Além disso, por entender o homem como elemento contraditório da história, esta filosofia não enxerga a realidade como imutável ou independente da ação humana, ao contrário: a possibilidade de alterar o estado das coisas reside não em outro lugar que no próprio ato motivado do homem. De um lado a motivação sempre prestes a ser continuamente renovada e de outro a própria realidade moldável e necessariamente passível da transformação humana (até mesmo porque foi o homem nas relações sociais – em si e com a natureza – que foi forjando parte dessas condições objetivas). Quanto a isso, Gramsci não hesita em apontar a superação das próprias condições objetivas como escada para uma consciência superior da nossa existência, quando afirma no mesmo caderno 13: “quanto mais um indivíduo é obrigado a defender a própria existência física imediata, tanto mais afirma e se coloca do ponto de vista de todos os complexos e mais elevados valores da civilização e da humanidade” (GRAMSCI, 2001, v.3, p. 34).

Comunicação comunitária e contra-hegemonia: uma proposta de abordagem

Como sabemos, as mídias ditas populares, alternativas ou comunitárias normalmente partem da iniciativa de um grupo socialmente desfavorecido que busca seu fortalecimento enquanto corpo coletivo e vê na comunicação uma poderosa ferramenta de articulação e mobilização social. O veículo passa a ser então um *novo local de poder* que, além de não estar imune aos inevitáveis conflitos internos, passa a disputar com outras instâncias de poder, procurando agenciar suas próprias demandas e forçar um novo consenso, mais favorável ao corpo coletivo do qual faz parte.

Essas características nos levam a propor aqui o entendimento da mídia popular, alternativa ou comunitária como *contra-hegemônica*. A aposta desse momento de nossa análise é que o que primordialmente anima o surgimento e a ação das mídias ditas comunitárias parece estar organicamente mais próximo de uma luta por uma contra-hegemonia, de uma batalha pela obtenção de um novo consenso, mais favorável às classes subalternas, de onde provêm esses atores sociais coletivos. A proposta é nos atermos à centralidade que o aspecto *político* – no amplo sentido que o termo adquire em Gramsci – assume para o entendimento dos mecanismos de funcionamento (interno e externo) das mídias comunitárias. Com isso, somos obrigados a abandonar determinados dogmatismos unívocos que procuram engessá-las semanticamente e somos então forçados a ingressar na complexa teia de poder na qual se inserem tais veículos, considerando as macroconjunturas hegemônicas e as formas de dominação local para, daí sim, partirmos para uma crítica coerente e geradora. Essa proposta é menos terminológica e mais de abordagem.

No Grupo de Trabalho “Economia Política e Políticas da Comunicação” do XVII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (2008), o professor César Bolaño (UFS) apontou dois elementos norteadores para a definição de um veículo comunitário que nos parecem interessantes à investigação que aqui estamos empreendendo, são eles: *o local social de onde parte sua fala e a proposta ético-política do veículo*. Ora, isso nos parece condizer com o próprio entendimento do agir contra-hegemônico: a proposição – motivada por um *dever-ser* – de posições alternativas ao discurso hegemônico guiada por uma vontade de mudança social, por um desejo de uma nova configuração de poder, mais favorável aos grupos subalternos.

Aqui há o risco da normatização e do esvaziamento semântico. É importante que tenhamos consciência de que as contradições e retrocessos estarão presentes no agir contra-hegemônico das mídias alternativas, populares ou comunitárias. Se a hegemonia de uma classe (ou grupo de classes) se dá através de uma complexa e permanentemente reordenada rede de ideias, forças e posições de poder que atuam e são ativadas em todo o corpo social, então frações de suas ideologias e de suas concepções de mundo inevitavelmente estarão presentes também nos discursos da mídia contra-hegemônica. Mas isso não invalida sua ação nem sua potencialidade. O esforço deverá ser o de ativar nas práticas culturais populares “o núcleo sadio da concepção de mundo das massas” ou os “elementos de humanização e racionalidade, de traços de um pensamento crítico e verdadeiramente contra-hegemônico” (ACANDA, 2006, p. 207).

Seguindo a letra de diversos autores que já se propuseram a dialogar com a ideia de *contra-hegemonia*, é importante que antes nos fixemos ao próprio conceito gramsciano de *hegemonia*. Em tempo, é preciso que se diga, *contra-hegemonia* não é um termo cunhado por Gramsci, mas depreendido de seu corpo teórico.

O poder se manifesta e é legitimado tanto por quem o exerce quanto por quem a ele se aplica. Paiva (2008) em seu texto “Contra-mídia-hegemônica” sintetiza o conceito de hegemonia a partir de uma perspectiva relacional entre a instância que exerce e na qual é exercido o poder: “hegemonia [é] uma forma de poder caracterizada por uma postura totalizante, generalizada, mas que se dá com o consentimento ou a aceitação dos demais. É, assim, uma configuração particular de dominação ideológica”. (PAIVA, 2008, p. 164)

Mas é também esse aspecto relacional do poder que nos permite enxergá-lo para além de uma ação puramente repressiva: é o que determina “sua positividade, seu modo operante e também (principalmente) produtivo, criador de possibilidades. O poder é relação de forças, é atividade. Implica confrontação permanente, conflito, contraposição de vetores” (ACANDA, 2006, p.203). Se, por um lado, as próprias relações sociais e o processo histórico fazem com que a classe dominante disponha dos meios materiais e imateriais da produção intelectual e da reprodução do *status quo*, por outro, a própria dinâmica social das relações de poder permitem brechas para a transformação da realidade.

A compreensão dinâmica do poder nos revela os locais e possibilidades de ação, assumindo-o “na complexidade dos encadeamentos, vínculos, superposições e imbricação de forças que se potencializam ou se debilitam” (p. 203). Se a hegemonia é resultado de uma intrincada, refinada e realimentada rede de ideias, forças e posições estabelecidas de poder que a legitimam e sustentam, são justamente o posicionamento crítico e a difusão de propostas alternativas à configuração de poder atual que podem deslocar o consenso a favor de uma contra-hegemonia, mais partidário das classes subalternas.

Eduardo Granja Coutinho (2008), na apresentação de seu livro em que convoca diversos estudiosos da Comunicação Social a se debruçarem exatamente sobre os processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência na sociedade contemporânea, nos fornece uma ponte que une cultura, comunicação e contra-hegemonia:

[Compreender] a cultura como uma instância da luta política, e os meios de comunicação, como instrumentos de hegemonia por meio dos quais uma classe ou fração de classe impõe sua liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade. Tal perspectiva admite [...] a possibilidade de grupos subalternos construírem uma visão de mundo capaz de resistir e se contrapor às ideias dominantes. A essa resistência político-cultural é que Gramsci chamaria de contra-hegemonia (COUTINHO, 2008a, p. 8-9).

E mais adiante:

A despeito do poder planetário das grandes corporações midiáticas, de sua avassaladora capacidade de criar o consenso necessário à dominação do capital, verificam-se, no âmbito da sociedade civil, inúmeras experiências culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência (p. 9).

É aqui que se insere a centralidade da mídia comunitária na luta por uma contra-hegemonia. A perspectiva é que através da comunicação – como principal instância reguladora do real na contemporaneidade – se possa construir uma nova proposta ético-política que efetivamente inclua as classes sociais política e socialmente desfavorecidas. Se é por meio das grandes corporações midiáticas que se dissemina e naturaliza uma determinada visão de mundo pautada no consumo, na individualidade e na competição, então devemos apostar numa *contracomunicação* para propor conjuntamente uma nova normativa em que prevaleçam valores como a cooperação, a solidariedade e a justiça social.

Fala contra-hegemônica: consciência e catarse.

Podemos apontar dois motivos principais para a gênese de uma mídia comunitária ou contra-hegemônica. Um deles é a percepção da necessidade de construção de um novo local de fala coletivo, capaz de expressar as demandas e a visão de mundo locais.⁴ Isso procede normalmente a uma análise crítica dos demais meios de comunicação massivos. Como afirma Paiva,

a análise da produção veiculada pelos *mass media* é uma das etapas necessárias para a implantação de canais de comunicação alternativa. Essa etapa – de leitura crítica de mensagens – representa o momento em que a comunidade percebe por meio do que é divulgado diariamente nos veículos de comunicação existentes uma falta de relação com sua vida quotidiana (1998, p. 157).

O que se percebe é a distância entre a realidade mostrada/construída pela mídia hegemônica e os desejos e histórias e anseios que definem o local. A mídia hegemônica é uma arena ideológica que, mesmo encerrando oposição e proposição, opera como uma complexa indústria de legitimação, atuando no quadro internacional de poder como um refinado intelectual orgânico das grandes corporações econômicas. Seus discursos e suas mensagens são primordialmente os das classes sociais as quais está econômica e ideologicamente vinculada.

É importante que estejamos atentos a esse papel ideológico-normativo das grandes corporações de mídia (ou mídia hegemônica) para sermos capazes de localizar o local social de onde partem suas mensagens, cujos interesses são absolutamente distintos dos daqueles que se propõem a criar uma mídia comunitária. Isso nos ajuda a entender até mesmo porque determinadas manifestações midiáticas protagonizadas por atores sociais alijados das instâncias decisórias de poder sofrem constante perseguição por parte da mídia hegemônica e – sob sua pressão e devido a alianças escusas – do próprio Estado.⁵ Dessa primeira motivação para criação de uma mídia comunitária é importante que nos atentemos ao fato de que o entendimento do local social da mídia hegemônica requer uma prévia conscientização da própria condição sócio-histórica dos fundadores da mídia contra-hegemônica: esse reconhecimento do *locus* social desfavorável é da maior importância por atuar como motivador da luta política no sujeito.

A segunda razão que comumente anima a articulação de atores sociais para a criação de uma mídia popular, alternativa ou comunitária é a união de forças em torno de uma demanda específica, muitas vezes imediata, em que o veículo funciona como canal de *mobilização* local e pressão junto ao poder público. Aqui ocorre algo parecido com aquela primeira motivação relatada acima: à mobilização precede, inevitavelmente, uma tomada de consciência de sua condição desprivilegiada na complexa estrutura social de poder. O que comumente acontece é a permanência do vínculo entre os envolvidos e o acúmulo de discussões culminando na consolidação do veículo midiático como espaço coletivo e político local, mesmo após o sucesso ou insucesso da empreitada motivadora. Como afirma Marcondes Filho, um meio comunitário

é elaborado por membros de uma comunidade que procuram através dele obter mais força política, melhor poder de barganha, mais impacto social, não para alguns interesses particularizados (anunciantes, figuras proeminentes), mas para toda a comunidade que esteja operando o veículo (MARCONDES apud PAIVA, 1998, p. 154).

Essa coesão social em torno de demandas específicas pode ser o primeiro passo para uma tomada de consciência que ultrapasse os limites mais corporativos e imediatos e parta para uma luta pela garantia e manutenção de direitos mais amplos: referimo-nos aqui à anteriormente explícita ideia de processo catártico delineada por Gramsci: a passagem do momento egoístico-passional para o ético-político. Através da luta política (em seu sentido amplo, é forçoso que se repita) resultante das potencialidades de representatividade do veículo midiático, o sujeito, em meio à coletividade, toma consciência de sua condição sócio-histórica desprivilegiada e passa a assumir demandas maiores, relacionadas a uma motivação ético-política cada vez mais abrangente. A conquista de uma necessidade imediata a partir da ação coletiva o impele para reivindicações novas e cada vez mais amplas: desvela-se em si sua capacidade transformadora, sua força política, sua possibilidade em meio à necessidade. É importante que se pontue aqui que tal processo é entendido por Gramsci a partir de um plano simultaneamente individual e coletivo: o indivíduo percebe sua força transformadora da realidade quando em consonância com a de seus pares. Como já foi dito aqui, a catarse gramsciana ocorre exatamente quando um grupo de pessoas reconhece seu lugar sócio-histórico e passa a lutar por uma nova realidade: primeiramente uma negociação prévia entre as subjetividades para então a constituição de uma pauta comum de ação frente à realidade.

Esses motivos geradores – necessidade de criação de um local de fala próprio e a mobilização em torno de demandas conjuntas – nos permitem assinalar a mídia popular,

alternativa ou comunitária como um *aparelho privado de contra-hegemonia*: um órgão da sociedade civil em que o indivíduo voluntariamente se associa com o objetivo de disseminar seus próprios sentidos, fazer falar e fazer ouvir suas próprias demandas e mudar sua realidade social deslocando o consenso em favor de seu grupo. Esses motivos são características do próprio *agir contra-hegemônico*: uma contraproposta ao discurso hegemônico orientada por um desejo de deslocamento de poder e mudança social. A tomada de consciência do local de fala da mídia hegemônica e a possibilidade de fortalecimento político através da criação de um veículo midiático animam a construção de um novo espaço de articulação da fala local, onde seus indivíduos possam se falar por si mesmos, recontar com suas palavras suas próprias histórias e assim alinhar novos caminhos de sua história.

Ao se dar conta de que a linguagem e o discurso da mídia hegemônica provêm de um outro local social que não o seu, o ativista da mídia contra-hegemônica é levado a tomar consciência de sua própria condição social. Ao perceber que através da luta coletiva e da união de forças em torno de um veículo midiático é possível angariar maior força política, o comunicador popular passa a ter consciência prática de que a luta de classes hoje se dá sob a forma de uma batalha de ideias: é também uma luta pela hegemonia e pelo consenso (COUTINHO, 1990, p. 17). Afinal, como suscita Gramsci em seu Caderno 13, retomando Marx e Engels, “os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias.” (2001, v. 3, p. 50).

A questão do local de fala de onde partem as vozes da mídia contra-hegemônica é essencial para entendermos a luta ideológica, econômica e política por elas empreendida: afinal, como anteriormente citado, “quanto mais um indivíduo é obrigado a defender a própria existência física imediata, tanto mais afirma e se coloca do ponto de vista de todos os complexos e mais elevados valores da civilização e da humanidade” (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 34). As mídias comunitárias são resultados da percepção de parcelas desfavorecidas da população de sua força e de sua conscientização *política* enquanto corpo coletivo. *Política* no sentido de deslocamento de poder e no sentido amplo empregado por Gramsci, identificada “praticamente com liberdade, com universalidade, com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva ou manipulação de dados imediatos [...] e se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas” (COUTINHO, 1999, p. 90). *Política* como passagem do momento egoístico-passional para o momento ético-

político, ou seja, a própria *catarse gramsciana*: quando o indivíduo toma consciência da sua responsabilidade enquanto sujeito político e faz da sua necessidade um meio para a sua liberdade: é aquela tomada de consciência de sua condição histórico-social combinada à percepção de sua capacidade de mudança frente à realidade que o oprime.

A mídia comunitária é um ambiente propício para a ocorrência do processo catártico: quando o sujeito (individual e coletivo) percebe a importância de se tomar a palavra, a fim de lançar na arena social de sentidos sua própria voz, suas próprias demandas, sua própria concepção do mundo. E para tal é necessário que antes ocorra essa sua autodefinição enquanto sujeito social, a reconstrução de sua visão de si e de seus pares, localizando econômica e socialmente seu grupo social num contexto mais amplo. Como nos lembra Coutinho, “o processo catártico – o momento da liberdade, da teleologia, do dever-ser, da iniciativa do sujeito – não se dá no vazio, mas no interior de determinações econômico-objetivas que limitam (mas sem anular) o âmbito da atuação da liberdade” (COUTINHO, 1999, p. 97). O ato libertário será mesmo esse de percepção de seu lugar no mundo e consequente busca da superação material e ético-política a partir da ação coletiva e orientada por objetivos comuns.

Considerações finais.

Nossa aposta é de que a Comunicação Comunitária pode se apresentar para o horizonte da Comunicação Social como uma proposta ético-política de utilização das ferramentas comunicacionais. Porém, desde que seu modo de agir seja analisado pela perspectiva *política* e, por isso mesmo, esteja, de uma só vez, livre de qualquer idealização que o paralise e firmemente delimitado pela crítica constante. A problemática aqui levantada se relaciona justamente ao *dever-ser* gramsciano: um mover-se no terreno do real – a partir de uma interpretação realista e historicista da realidade –, mas com a clareza de uma ética motivada como horizonte.

Como tratamos há pouco, acreditamos que o conceito de contra-hegemonia – depreendido do conceitual gramsciano – demonstra uma adequada aplicabilidade quando o assunto é a análise de iniciativas midiáticas alternativas, populares ou comunitárias. Que fique claro que a proposta aqui não foi a de sugerir a substituição de um termo (comunitária) por outro

(contra-hegemônica), mas tensioná-los – a partir de uma crítica teórica ancorada na práxis – na intenção de revitalizá-los. Até mesmo porque o próprio termo *contra-hegemonia* tem sido alvo de um uso indiscriminado na atualidade que nos exige cautela:

a palavra contra-hegemonia guarda peso semântico suficiente para significar e marcar uma época, quando se considera o amplo espectro contemporâneo de seu uso, assim como de todos os seus sinônimos e afins [...] a ideia implicada em contra-hegemonia, difundida a partir da publicação dos textos gramscianos no pós-guerra, solicita uma compreensão e uma inserção bastante fortes no cotidiano da nossa época. (PAIVA, 2008, p.163).

Sem o devido cuidado, podemos utilizar *contra-hegemonia* significando meramente o “contrário da hegemonia”, minando assim sua força realmente propositiva. Como adverte Paiva,

uma das possibilidades de entendimento seria a de transposição e substituição de forças, ou seja, seria uma mera oposição: a ideia de uma força que, na sua própria constituição, traga o propósito de também totalizar e dominar – ou seja, a substituição de uma força por outra (2008, p. 164).

Nesse caso, então *contra-hegemonia* seria nada mais que a apropriação hipócrita e oportunista de um vácuo oferecido pela própria hegemonia à oposição: em nada ou pouco se diferenciaria do lugar hegemônico: seria seu contrário em reflexo: como na “Revolução dos bichos” de George Orwell, por fim os porcos se transmutariam em humanos.

Bem mais que isso, a contra-hegemonia significa um lugar ao mesmo tempo *fora* e *contra* ou, dizendo de outra forma, o *limite* que evita dogmatismos e essencializações, fornecendo caminhos possíveis para a proposição de alternativas ao discurso e à prática hegemônica. Ainda Paiva nos fornece uma interessante reflexão sobre esse assunto:

A radicalidade do que pode se configurar como contra-hegemonia talvez resida no fato de *não se desejar nunca o lugar de sujeito hegemônico*, no fato de a contra-hegemonia se orientar por uma razão fundamental que se configure de modo contrário e oposto à hegemonia. É uma contraposição que pode vir acompanhada de uma reflexão contundente sobre o *status quo*, e que, necessariamente, vem harmonizada com o *desejo de recusa da situação dominante* (grifos meus) (p. 165).

É útil aqui nos lembrarmos daquela anteriormente citada proposta de Bolaño quanto ao entendimento do que caracteriza uma mídia comunitária: não basta localizar a mídia hegemônica – ou seja, aqueles veículos midiáticos que operam como verdadeiros intelectuais orgânicos⁶ da classe dominante – e, por contraposição, classificar todo o resto como mídia contra-hegemônica. Também no caso mídias comunitárias, há o risco da

transmutação preconizada por Orwell: há que se avaliar a sua condição sócio-histórica e a sua motivação ético-política.

Retomamos aqui o que foi dito aqui sobre a Comunicação Comunitária: um uso interessado da comunicação pautado por um projeto político – de um local social desprivilegiado surge a necessidade de deslocamento de poder – a partir de uma orientação ética. Lembrando que *ética* não é entendida por nós como uma normativa pré-estabelecida, mas um agir guiado por um *dever-ser*. Esse é o motivo de falarmos aqui correntemente de orientação *ético-político* e não meramente *ética*: o *dever-ser* que motiva uma conduta precisa beber menos de uma normativa rígida de valores que de um *determinado modo* de lidar com valores, pautado pela transformação da realidade e pela valorização do outro. É desse horizonte que o *político* – o ato em meio à necessidade em busca pela liberdade – pode alimentar o *ético*.

REFERÊNCIAS.

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

BUONICORE, A. **70 anos da morte de Antonio Gramsci**. 2007.

BOBBIO, N. Nota sobre a dialética em Gramsci. In: **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COUTINHO, E. G. Apresentação. In: **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. V. 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUPPI, A. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. In: **Enigmas da modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MALERBA, J. P. C. **Rádios Comunitárias: ampliando o poder de ação**. 2006, 2º semestre. Monografia (Habilitação em Jornalismo) – ECO/UFRJ. Disponível em <<http://www.overmundo.com.br/banco/radios-comunitarias-ampliando-o-poder-de-acao>>. Acesso em 14/07/2013.

PAIVA, R. Contra-mídia-hegemônica. In: COUTINHO, E. G. (org.) **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PAIVA, R. **O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

¹ A primeira versão deste artigo foi apresentada no GP Comunicação para a Cidadania do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM 2013), em setembro de 2013, na cidade de Manaus-AM, Brasil.

² Professor e jornalista, é doutorando em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), Brasil, mestre e bacharel pela mesma instituição. É bolsista do CNPq e pesquisador no Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ). Email: joapaulorj@yahoo.com.br.

³ Sobre a ideia de Príncipe Eletrônico, ver IANNI (2003, p. 141-166). A nosso ver, apesar de ter realizado uma fecunda apropriação da problemática gramsciana do Moderno Príncipe, Ianni vilipendiou as possibilidades e vicissitudes do cenário midiático contemporâneo.

⁴ Nesse contexto, 'local' se refere a um nível relacional pautado numa vinculação comum entre indivíduos, que podem estar ou não num mesmo limite territorial. Na acepção aqui empregada, 'local' se difere de 'territorial'.

⁵ É notório o caso das rádios comunitárias brasileiras, cujo processo histórico (antes, durante e depois) de sua regulamentação demonstra as alianças entre as grandes corporações de mídia e o Estado brasileiro. Desde o início do movimento, a mídia hegemônica se apressou em produzir e veicular em diversos meios de comunicação uma campanha publicitária mentirosa que deslegitimava o trabalho das rádios comunitárias. Enquanto isso o aparelho estatal perseguia e fechava essas emissoras. Quando, a partir dos anos 80 e 90, o número e a importância política das emissoras comunitárias já não podiam

mais ser ignorados, fez-se necessária uma articulação de poderes no sentido de encontrar uma estratégia que, de uma só vez, cedesse à pressão desse crescimento, ao mesmo tempo em que limitasse sua força e desse continuidade à repressão: a solução encontrada foi uma lei absolutamente restritiva e um processo de concessão de outorga altamente burocratizado. Foram essas as estratégias encontradas para ceder sem ceder totalmente às reivindicações do movimento político de rádios comunitárias brasileiras. Para uma discussão sobre o assunto ver “Rádios comunitárias: ampliando o poder de ação” (MALERBA, 2006).

⁶ “Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e política” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 15).